

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

**FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS
CONTÁBEIS E ECONOMIA**

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

EVERTON DAUZACKER DE JESUS

**TESTE DE IMPAIRMENT - ESTUDO DE CASO
PETROBRAS S.A**

DOURADOS/MS

2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

**FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS
CONTÁBEIS E ECONOMIA**

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

EVERTON DAUZACKER DE JESUS

**TESTE DE IMPAIRMENT - ESTUDO DE CASO
PETROBRAS S.A**

Trabalho de Graduação II apresentado a Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da Universidade Federal da Grande Dourados como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Me. Rafael Martins Noriller.

Banca examinadora:

Prof. Me. Bruno Alexandre Rumiatto.

Prof. Me. Glenda de Almeida Soprane

DOURADOS/MS

2018

TESTE DE IMPAIRMENT – ESTUDO DE CASO DA PETROBRAS S.A

AUTOR: EVERTON DAUZACKER DE JESUS

Esta monografia foi julgada para aprovação na atividade acadêmica específica de Trabalho de Graduação II, que faz parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, pela Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia – FACE da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD.

Apresentado à Banca Examinadora integrada pelos professores:

Presidente

Avaliador(a)

Avaliador(a)

Agradecimentos.

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado forças para chegar até onde cheguei. Bem como agradecer os professores do meu curso, e de outros cursos também, que de uma forma ou de outra esteve me ajudando. Em especial meu orientador que com muita paciência e palavras de incentivo esteve me auxiliando para conclusão deste trabalho. Também minha querida esposa que sempre me encheu de forças, nas dificuldades, e agradecê-la pela compreensão quando ficava por horas enfrente ao computador estudando.

Sem esquecer-se dos meus colegas, amigos e familiares, que pode interpretar meus momentos de estudos e pesquisas. Obrigado a todos.

RESUMO

O trabalho exhibe o tratamento do *impairment test* perante as leis das S.A, buscando expor o que é, e como se aplica. Toda via em seu desfecho baseia-se na busca de dados na Bolsa de Valores Brasileira B3, onde irá averiguar os demonstrativos da petrolífera brasileira Petrobrás nos períodos de 2013 á 2016, visando a perda por *impairment* e seus reflexos e variações nos lucros da companhia. Busca encontrar o valor devido de *impairment* de quatro períodos, analisando se está de acordo com a IFRS e o CPC, em seguida realizar uma apuração da variação desta perda frente ao Lucro antes dos impostos e contribuições, bem como, expor como o *impairment* afeta o lucro da sociedade anônima. Por fim, os seguimentos da pesquisa apresentam que o *impairment* possui impactos significativos nos resultados da Petrobrás demonstrando prejuízos nos período de 2014, 2015, 2016 por conta das grandes perdas por *impairment* encontradas nesses períodos.

Palavras-chaves: *impairment*; Petrobras; IFRS

ABSTRACT

The work shows the treatment of the impairment tests before the laws of SA, seeking to expose what is, and how it applies. Anyway in its outcome is based on the search of data on the Brazilian Stock Exchange B3, where it will investigate the statements of the Brazilian oil company Petrobras in the periods from 2013 to 2016, aiming at the impairment losses and its reflexes and changes in the company's profits. It seeks to find the amount of impairment of four periods, analyzing whether it is in accordance with IFRS and CPC, then carry out calculation of the variation of this loss against Profit before taxes and contributions, as well as to explain how the impairment affects the profit of the corporations. Finally, the results of the research show that the impairment has significant impacts on Petrobras' results, showing losses in 2014, 2015 and 2016 due to the large impairment losses in these periods.

Keywords: impairment; Petrobras; IFRS.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – *impairment* ano-calendário 2016

Tabela 02 – *impairment* ano-calendário 2015

Tabela 03 – *impairment* ano-calendário 2014

Tabela 04 – *impairment* ano-calendário 2013

Tabela 05 – Variações e reflexos unificados.

LISTA DE SIGLAS.

CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
IASB/ IAS	International Accounting Standards Board
IFRS	International Financial Reporting Standards
LAIR/CSLL Sociais sobre o Lucro Líquido	Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuições
S.A	Sociedade Anônima
UGC	Unidade Geradora de Caixa.
WACC	Weighted Average Cost of Capital.
DRE	Demonstração de Resultado de Exercício.

Sumário

1 INTRODUÇÃO.....	9
1.1 OBJETIVOS.....	11
1.1.1 Objetivo Geral.....	11
1.1.2 Objetivos Específicos.....	11
1.2 JUSTIFICATIVA.....	11
2. REFENCIAL TEÓRICO.....	13
2.1 CONTABILIDADE.....	13
2.2. IMPAIRMENT.....	15
3. METODOLOGIA.....	18
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	18
3.2 COLETA DE DADOS.....	18
4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS.....	19
4.1. PETROBRAS.....	19
4.2. IMPAIRMENT.....	19
4.2.1. <i>Impairment</i> ano-calendário 2016.....	20
4.2.2. <i>Impairment</i> ano-calendário 2015.....	22
4.2.3. <i>Impairment</i> ano-calendário 2014.....	23
4.2.4. <i>Impairment</i> ano-calendário 2013.....	24
4.2.5. <i>Impairment</i> abordagem Total.....	26
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
REFERÊNCIAS.....	29

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade deve cumprir seu aspecto primordial de decodificar a linguagem comercial por meio dos demonstrativos financeiros, facilitando as negociações para todos os usuários, para aumentar a transparência das atividades empresariais. Por este motivo, surgiram institutos como o *International Accounting Standards Board* (IASB), o *Financial Accounting Standards Board* (FASB), e o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) objetivando a convergência das normas contábeis nacionais em direção às Normas Internacionais de Contabilidade (BIANCHI, 2015).

Sá (2010, p.46) define a Contabilidade: “é a ciência que estuda os fenômenos patrimoniais, preocupando-se com realidades, evidências e comportamentos dos mesmos, em relação a eficácia funcional das células sociais”. Segundo o autor, a contabilidade deve ser enquadrada como ciências, pois “atende a os requisitos necessários para tal qualificação”.

Por sua vez, Bianchi (2015) acrescenta que diante da necessidade de atender os usuários, o CPC foi elaborado para servir de base e suporte para o processo de internacionalização da contabilidade brasileira. A partir da edição da Lei 11.638/2007, a meta dele é ajudar a normatização da contabilidade internacional, emitindo pronunciamentos e orientações para a ocorrência.

A padronização contábil de 2008 objetivou trazer igualdade nas informações contábeis. Nada obstante a contabilidade padronizada vem no sentido de conduzir um crescimento na qualidade da contabilidade, buscando uma fartura de informações, sendo suficiente para analisar uma empresa (NIYAMA, 2013).

Segundo o comunicado ao mercado da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em 1 de janeiro de 2008 entra em vigor a Lei 11.638/2007, na qual altera, revoga e introduz, mudanças fundamentais na lei das sociedades por ações (Lei 6.404/1976). A reformulação da Lei Societária teve como objetivo: buscar convergência e erros da Lei Societária de 1976, estimular os mercados de capitais e atualizar-se as regras contábeis brasileiras, com pronunciamentos internacionais emitidos pela IASB por meio das *International Financial Reporting Standards* (IFRS) (LUCCA, 2015).

Rocha (2006), afirma o quão importante são as informações corretas e precisas para harmonização internacional da prática contábil, segundo ela a contabilidade precisa ter uniformidade em seus princípios para atingir o grau esperado de comparabilidade. Um dos grandes benefícios do processo de harmonização contábil, é a busca pelos países com maior necessidade e vocação para a captação de recursos externos – como o Brasil – e aqueles com economias mais fechadas ao capital internacional (CPC 00 R1). A convergência contábil busca a uniformização contábil com a padronização para a

IFRS, proporcionando aos investidores mais segurança ao trazer recursos às companhias brasileiras, todavia a contabilidade brasileira estava ficando mais sólida e confiável.

Macedo, Machado e Machado (2011) destacam que o processo de convergência brasileira para o padrão internacional é um processo de um padrão de regulamentação contábil, que prevalece a essência sobre a forma, onde a fundamentação é baseada mais em princípios do que em Lei. Por meio da convergência contábil, as empresas brasileiras tomam mais sustentação para mais investidores e credores acessarem e obterem interpretações dos demonstrativos e dos estatutos contábil com prontidão e facilidade.

Ribeiro (2009) afirma que as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com a estrutura conceitual têm por objetivo, fornecer informações que sejam úteis na tomada de decisões e avaliações por parte dos usuários em geral, segundo o autor não tem nenhum propósito de atender finalidade ou necessidade específica de determinados grupo.

De acordo com Victor, Carlin e Mastella (2014) “na promulgação da Lei 11.638/07 foram eliminadas algumas barreiras regulatórias que impediam a inclusão total das companhias abertas no processo de convergência contábil internacional”, ou seja a CVM não obtinha autorização expressa em lei para regular as matérias contábeis. Com a reformulação desse regulamento em 2007, representou um grande avanço no processo de convergência contábil, aos padrões internacionais de contabilidade (IFRS).

Diante da necessidade de informação relevante e representação fidedigna, segundo o Comitê de Pronunciamento Contábil, o teste de recuperabilidade ou *impairment* busca avaliar de forma precisa uma comparação entre o valor contábil líquido de um ativo e o seu correspondente valor recuperável (CPC 01,2008). O CPC define ainda que o teste, em termos gerais, aplica-se a todos os ativos e a todas as empresas e ramos empresariais, porém as companhias brasileiras começaram a aplicar a partir da padronização contábil em 2008.

De modo geral verifica-se que o teste de recuperabilidade dos ativos se torna para a contabilidade um instrumento contábil de muita utilidade para os usuários de classe interna e externa. Lucca (2015), ressalta em seu trabalho que quando se detecta, que se algum ativo perde sua capacidade econômica deve-se reconhecer perda no resultado, portanto a partir daí surgiu a ferramenta teste de recuperabilidade. Com o desenvolvimento internacional no módulo contábil viu-se necessário fazer a reestruturação da lei da sociedade por ações 6.404/76 e para aprimorar-se as bases dos estatutos que regem as companhias abertas.

Neste sentido dado que a contabilidade investiga o cenário real, o presente trabalho tem como problema de pesquisa, *qual impacto do impairment no lucro antes dos impostos LAIR/CSLL da Petrobras?* A seleção desta empresa é de movimentação significativa no país, no ramo de atividades de petróleo, gás natural e seus derivados, com receita de vendas, de acordo com o Ibovespa, superior a 100 bilhões de reais. Por

ser uma empresa de amplo fluxo, é benéfico avaliar os demonstrativos dos quatro últimos anos (B3, 2016).

A Bolsa de Valores B3 é uma entidade auto-reguladora que opera sob a supervisão da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Em meados da década de 60 a Bovespa passou a assumir a característica institucional, deixando de ser subordinada ao Secretario da Fazenda do Estado, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, também nesse mesmo período foi criado o Ibovespa (Índice Bovespa). No ano de 2000 as bolsas de valores de São Paulo, do Rio de Janeiro e outras além da Bolsa regional, integraram na B3, na qual passou a concentrar toda a negociação de ações do Brasil (BARCELOS, AZEVEDO, 2011).

Com tudo as entidades e os órgãos reguladores exigem que os usuários possam estar sempre acompanhando seus processos e diretrizes contábeis em termos globais, por motivos de fomentação dos mercados internacionais. Todavia o Comitê de Pronunciamento Contábil define que os valores apresentados nas demonstrações e no Balanço Patrimonial devem sempre estar coincidindo com seu valor presente (BRASIL,2008).

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

O presente trabalho tem como objetivo verificar os reflexos da perda por *impairment*, confrontando com o lucro antes dos impostos da Petrolífera Brasileira.

1.1.2 Objetivos Específicos

Compreender se a companhia está realizando o teste de acordo com os padrões exigidos por lei, nas notas explicativas, perante *International Financial Reporting Standards* (IFRS).

Descrever a situação do saldo de desvalorização por *impairment* de cada período.

1.2 JUSTIFICATIVA

A qualidade da informação financeira é um tema pertinente, que abrange vários estudos empíricos sobre a manipulação de resultados e informações financeiras. Gonçalves (pág. 12, 2014), afirma que imparidade de ativos é um caso muito comum, que através da sua mensuração e reconhecimento, influencia o seu ativo, o seu capital próprio e os resultados.

Carvalho, Lemes, Costa (2006) compreende que um balanço possui um enorme conjunto de itens avaliados de maneira subjetiva, no entanto sofrem perdas em seus valores, necessitando justificar estas perdas e expor aos leitores a causa da mesma

Joaquim (2014) realizou uma análise em empresas cotadas nas bolsas de Lisboa e de Madri constatou que o valor de imparidades teve uma tendência crescente e tais perdas são notáveis nos intangíveis, a probabilidade de reconhecimento das imparidades é influenciada pela dimensão das entidades e negativamente pelo valor de mercado.

Este estudo é relevante, pois vem com intuito de proporcionar a entidade e aos seus gestores formas, técnicas e métodos para certificar-se que seus ativos não estejam superavaliados perante seu valor recuperável. Evidentemente nota-se as perdas freqüentes que sofrem os ativos das corporações, tal ação nada mais justo que retificar este evento (LUCCA, 2015).

Ao longo da pesquisa identificam-se perdas por imparidades em ativos da Petrobrás, nos períodos de 2013 á 2016. No ano de 2015 encontra-se o período com maior perda, já no período de 2013 apresenta o período com menor perda. Ao confrontar com o lucro da empresa nota-se o impacto do *impairment*, uma vez que o prejuízo apurado no exercício só existiu por conta da perda por *impairment*. Assim fica visível a relevância e os reflexos que o *impairment* pode ocasionar nos resultados das empresas.

A empresa selecionada é sociedade de economia mista, no qual o acionista majoritário é o governo do Brasil, isto é, que contém mais de 50% das ações. A entidade possui uma receita bruta atualmente superior a cem bilhões de reais, e está cotada na B3 desde janeiro de 1997, (PETROBRAS, 2016).

A perda por imparidade ocorre na maior parte dos ativos e deve-se sempre adaptar o reconhecimento dessas perdas (MARTINS, 2010). O autor apresenta em seu trabalho que o reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos sujeito a imparidades, são realizados em critérios e métodos aceitáveis de acordo com demonstrações financeiras verdadeiras e autênticas.

Clem (2017), realizou uma análise a fim de verificar o valor da perda quanto ao teste de imparidades de ativos nas empresas do agronegócio listadas na Ibovespa no período de 2013 a 2015. Os resultados apontaram que não houve incidências de perdas perante os resultados, mas destaca, que as taxas de descontos podem ser variadas de

empresa para empresa, logo não há uniformidade para o calculo, cada empresa utiliza-se de um modo que se considera mais correto estabelecido pela administração.

2. REFENCIAL TEÓRICO

2.1 CONTABILIDADE

A contabilidade busca estudar os patrimônios das entidades, suas variações e conseqüências financeiras, buscando controlar e registrar os fatos da entidade, logo a informação é o produto da contabilidade, (SÁ, 2002).

Tendo em vista a contabilidade e seu desencadeamento, verifica-se os mais variados ramos que se atinge através da informação Ciência Contábil, seja financeira gerencial, patrimonial, tributária entre outras. Azevedo, 2006, assegura que com as mudanças de maneira muito rápida, as pessoas e empresas modificam em cada expediente, fica até difícil acompanhar as variações e as transformações em aspecto internacional.

Ascensão Braga (2000), afirma que a informação é um processo que visa o conhecimento, ou melhor, a informação é tudo que reduz a incerteza. Entretanto quem dispõe de informação de boa qualidade e autentica, em quantidade adequada e no momento certo, consegue adquirir vantagens competitivas e evitar a falência.

O termo “harmonização” tem sido associado incorretamente com “padronização”. O primeiro busca preservar as particularidades inerentes a cada país, mas que permita reconciliar os sistemas contábeis a fim da melhor troca de informação, o segundo trata de um processo de uniformização de critérios, logo não admite flexibilização. Por fim a convergência implica na aderência ou adoção de uma regra a outra, desta forma brasileira a internacional (NIYAMA, 2010).

No entanto, as mudanças buscam minimizar as diferenças internacionais facilitando a comunicação, desta forma permite a comparação das informações contábeis. Assim, Rodrigues e Guerreiro (2004), definem a normatização como o movimento no sentido da uniformidade global, e a harmonização como um processo, que avança no sentido da diversidade para a comparabilidade global. Ainda, no entendimento dos autores a normatização ocupa com os objetivos em comparabilidades, transparência, eficiência e eficácia do mercado de capitais.

Complementando, Cazon (2013), afirma que com a normatização e uniformização, as informações apresentadas pela empresa ganharam mais credibilidade, visto que as empresas passaram um valor mais real do negocio da empresa. Logo dá aos

investidores mais subsídios de comparação com empresas do mesmo setor em amplitude mundial.

A Apresentação das Demonstrações Contábeis, CPC 26, retrata que o propósito é no atendimento das necessidades informacionais de usuários externos que não se encontram em condições de requerer relatórios especificamente planejados a fim de atender as suas necessidades peculiares. As demonstrações objetivam apresentar os resultados da atuação da administração, em face de seus deveres e responsabilidades na gestão diligente dos recursos que lhe foram confiados. (CPC 26, 2011).

O teste de recuperabilidade basicamente consiste em efetuar uma comparação entre o valor contábil líquido de um ativo e o seu correspondente valor recuperável, que será o maior entre o valor líquido de venda e o valor líquido de uso. Segundo o CPC 00 (R1), Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro.

O CPC(01) R1 define que *Valor Contábil* é o montante pelo qual o ativo está reconhecido no balanço depois da dedução de toda respectiva depreciação, amortização ou exaustão acumulada e ajuste para perdas e Valor Recuperável. Prevê, ainda, que se um ativo está registrado contabilmente por valor que exceda seu possível valor de recuperação, ou seja, se o seu valor contábil exceder o montante a ser recuperado pelo uso ou pela venda do ativo, tal fato será caracterizado como sujeito ao reconhecimento de perdas, portanto o pronunciamento determina que a entidade reconheça um ajuste para perdas por desvalorização.

É perceptível que o teste de imparidade busca trazer consistência sobre as transações e demonstrações contábeis, buscando a fiel recuperação daquele ativo, ou seja, o mais próximo do seu real valor.

Reis (2009), define Balanço Patrimonial como um demonstrativo obrigatório, onde apresenta de forma sintética e ordenada saldo monetário e valores que integram o patrimônio de uma empresa em determinado período. Entretanto o balanço patrimonial é uma parte de um conjunto de relatórios que compõe as demonstrações contábeis, tais como demonstração do resultado do exercício, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração do valor adicionado, demonstração de lucros e prejuízos acumulados e a demonstração do fluxo de caixa.

A Lei 6.404/76 determina que as sociedades devem efetuar periodicamente análise sobre a recuperação dos valores registrados no ativo, afim de que sejam registradas as perdas em ativos avaliados por valor superior ao valor recuperável.

Iudicibus *et al*, (2013) expõe que a demonstração do valor adicionado reflete o valor da riqueza econômica gerada pelas atividades da empresa como resultante de um esforço coletivo e sua distribuição entre os elementos que atribuíram para sua criação. Uma vez que inclui valores reconhecidos no resultado do período em perdas por *impairment* e suas reversões.

O balanço é composto por três elementos básicos, ativo, passivo e patrimônio líquido. Uma vez, *ativo* compreende os recursos controlados por uma entidade e dos quais se esperam benefícios econômicos futuros, *passivo* estão agrupadas as exigibilidades e obrigações, e o último representa a diferença entre o ativo e passivo, ou seja valor líquido da empresa. (IUDÍCIBUS *et al.*, 2013).

A contabilidade deve cumprir seu aspecto primordial de facilitar a linguagem comercial, simplificando as negociações para todos os usuários, na qual eles devem compreender e comparar os demonstrativos. Bem como as características da informações contábeis são fundamentais para melhorias.

Iudícibus *et al* (2013), define demonstrações contábeis como:

O conjunto de informações que deve ser divulgado por uma sociedade por ações representando sua “prestação de contas” abrange o Relatório de administração, as demonstrações Contábeis e as Notas Explicativas que as acompanham, o Relatório dos Auditores Independentes (se houver), o Parecer do Conselho Fiscal e o relatório do Comitê de auditoria (se existirem).

Franco Hilário (2006) define Demonstrações Contábeis como demonstração expositiva, de forma sintética e equacional dos fenômenos patrimoniais e de suas variações. No entanto essas demonstrações devem exprimir com clareza a situação do patrimônio da entidade, estas são de grande importância para entender os resultados expressos pela empresas.

Demonstrações contábeis são informações e fatos que as empresas oferecem ao fim de cada exercício, com a finalidade de mostrar aos usuários, governos e acionistas, de forma compreensível e confiável o que ocorreu naquele determinado período (CFC, 2017).

O CFC (2017), define as demonstrações contábeis como relatórios ou resumos, que devem ser divulgadas anualmente extraídos da contabilidade, após o registro de todos os documentos que fizeram parte do sistema contábil de uma entidade em um estipulado período, que devem ser divulgadas anualmente segundo a lei 6404/76, nelas são expostas a situação patrimonial da empresa. Todavia os elementos das demonstrações contábeis podem ser mensurados por um número variado de bases, de diferentes graus e em variadas combinações custo histórico, custo corrente , valor realizável e valor presente.

2.2. IMPAIRMENT

O *Impairment* em esfera nacional está sustentado no pronunciamento técnico “Redução do Valor Recuperável de Ativos” –CPC 01 (2014) que busca trazer os ativos a valor recuperável, em outras palavras, se a entidade desfazer do ativo hoje, qual seria o valor que alguém está disposto a pagar pelo ativo, este valor chamado valor recuperável. Para o CPC, o conceito de teste de recuperabilidade baseia-se em uma

comparação entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Portanto um ativo está desvalorizado quando o valor contábil for superior ao valor recuperável.

Segundo a IAS 36 (2014), “Imparidade de Ativos” pleiteia garantir que os ativos da instituição não estejam auto-avaliados ao seu valor recuperável, (isto é o maior entre o valor justo menos os custos de alienação e o valor em uso), com exceção do ágio e certos ativos intangíveis. As entidades são obrigadas a realizar o teste de imparidade ao final de cada período onde há uma indicação de imparidade, e o ensaio pode ser realizado por uma “unidade geradora de caixa” sempre que um ativo não gerar influxos de caixa, que são em grande parte independentes dos de outros ativos.

Ainda de acordo com IAS 36, a mesma, contém uma lista de indicadores externos e internos que geram perdas por imparidade, os valores recuperáveis dos tipos de ativos onde são medidos anualmente, geralmente o cálculo detalhado mais recente do valor recuperável, foi feito num período anterior podendo ser utilizado no novo teste recalculado.

Niyama e Silva (2013) defendem que para reconhecer uma desvalorização do ativo, deve-se confrontar valor recuperável com o valor contábil. No entanto valor recuperável é o valor que alguém está disposta a pagar pelo bem. Valor contábil seria o valor que o bem está registrado, deduzindo toda a depreciação, amortização e exaustão ou provisão para perda.

O Conselho Federal de Contabilidade, buscando atender aos usuários e investidores da contabilidade nacional/internacional, criou o Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC) para emitir Pronunciamentos técnicos visando o processo de convergência as normas internacionais.

Com o processo de convergência, houve a obrigatoriedade da realização do teste do valor recuperável nos ativos. O CPC 01 (2014) destaca que quando da constatação de perda por *impairment*, as empresas devem divulgar informações que permitam ao usuário entender as circunstâncias que ocasionaram a perda, assim como a base de cálculo utilizada para o cálculo do valor recuperável, a linha na DRE em que a perda foi reconhecida e a natureza do ativo ou descrição da unidade geradora de caixa.

Impairment é o instrumento utilizado para adequar o ativo a sua real capacidade de retorno econômico. O impairment é aplicado em ativos fixos (ativo imobilizado), ativos de vida útil indefinida (goodwill), ativos disponíveis para venda, investimentos em operações descontinuadas (SILVA et al., 2014, p.1)

Redução ao valor recuperável de ativos avalia-se novamente o bem tangível e intangível para achar o valor justo, o intuito é mensurar o ativo ao mais próximo de seu valor real (MARION, 2009). O bem permanente não pode estar evidenciado com valor superior ao seu valor recuperável, também os critérios de depreciação devem ser ajustados.

Visto que a perda registra possível valor de não recuperação, logo os resultados das entidades, podem oscilar, causando impactos nos lucros do período, por meio de registro de *impairment* reduzindo o lucro apurado.

No entanto podem-se encontrar perdas por *impairment* nas contas de ativos, tais como, imobilizado e intangível, nas agregações de ativos que compõem unidades geradoras de caixa, investimento em coligada com ações em bolsas, perdas em investimentos (Provisão), também em ativos mantidos para vendas (HOLDING PETROBRAS, 2015)

Por fim entende-se que a perda no valor de recuperação de ativos, deve ser registrada quando o valor contábil do imobilizado é maior ao comparar com seu valor recuperável. Logo o saldo de *impairment* deduz do valor contábil do ativo registrado no balanço, reduzindo o valor de um ativo, sendo este saldo passível de não recuperação seja pela venda do bem ou pelo uso.

3. METODOLOGIA.

O presente trabalho classifica-se como descritiva, já quanto aos objetivos propostos, buscou analisar os demonstrativos, e prontamente verificou se houve hipótese de recuperabilidade, descreveu os motivos que justificam o teste de imparidade. A abordagem do estudo é qualitativa o procedimento utilizado é documental, pois foram utilizados dados apresentado pela B3, trabalhando com leitura e análise de documentos e relatórios, onde isto é a base para pesquisa, (Alves mazzot e Gewandsznajder, 2004),

O estudo descreveu sobre a padronização e a harmonização contábil brasileira para o padrão internacional e a evolução do sistema contábil como um todo também sobre as alterações nas leis das sociedades por ações. Buscou trabalhar com dados históricos (Demonstrativo Financeiro Consolidado) a fim de atingir os objetivos, apresentando uma base sobre o que é *impairment* e como é realizado nas companhias de acordo com o CPC e as normas.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

A pesquisa buscou interpretar se as informações passadas pela companhia estão de acordo com as normas internacionais, informando o saldo encontrado de *impairment* de cada período, afim utilizar-se a tal, para entender a variação e o reflexo perante LAIR/CSLL.

Logo adiante investigar-se-á uma entidade cadastrada na maior Bolsa de Valores do Brasil, B3, analisando os demonstrativos da empresa de capital aberto PTBR, verificando perdas por imparidade, e qual impacto no Lucro Líquido antes dos impostos. O período de análise compreende entre os anos 2016, 2015, 2014, e 2013, a justificativa dos períodos estudados, baseia-se por valores relevantes de perdas somente nos tais.

Utilizaram-se somente dados contidos na B3, por estarem deliberados e assegurados pela CVM, onde devidamente cumprem com normas internacionais e o CPC e podem ser consultados por todos via internet. A sociedade anônima possui uma considerável parcela em fatores na economia nacional, bem como, geração de empregos, distribuição de gás e combustíveis e área de estudo e pesquisa (HOLDING PETROBRAS, 2015).

3.2 COLETA DE DADOS

Buscou-se trabalhar com estes períodos, encontrando primeiramente um saldo de perdas em cada período, logo confrontando o mesmo com o saldo de lucros/prejuízos acumulados sem a existência da perda, formalizando uma variação percentual sendo o reflexo da perda.

Ao fim utilizando as variações encontradas para cada período, julgar o entendimento da variação e comentar o papel da perda na recuperabilidade de ativos.

Quanto à limitação do trabalho abrange a continuidade de pesquisa visto que, o *impairment test* é um assunto recentemente adotado pelas sociedades anônimas, sendo possíveis pesquisas futuras aprofundadas utilizando estas perdas por imparidade.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS.

4.1. PETROBRAS.

A Companhia Petróleo Brasileiro S.A – PETROBRAS, é uma sociedade de economia mista, que se dedica diretamente a refinação, o processamento, o comércio e o transporte de petróleo e seus e seus derivados, como gás natural e outros hidrocarbonetos além das atividades vinculadas as várias formas de energia. Há companhia possui diversas bases pelo país, a sede está localizada no Rio de Janeiro (PETROBRAS, 2015).

As demonstrações contábeis consolidadas e individuais apresentadas pela companhia estão conforme as práticas contábeis brasileiras na qual se encontra o CPC e às IFRS, na qual evidenciam todas as informações relevantes.

A estatal está em constantes repercussões de matérias jornalísticas no país, em sua maioria assuntos polêmicos e de grande repercussão, como lavagem de dinheiro e envolvimento com política.

Em 2009, inicia-se uma grande investigação titulada por “Operação Lava Jato”, onde tem como frente a polícia federal brasileira. A partir de 2014, o Ministério Público Federal concentrou suas investigações em irregularidades cometidas por empreiteiras e fornecedores da Petrobras, quando constatou um grande esquema de pagamentos indevidos a funcionários e ex-empregados da Petrobras (PETROBRAS, 2015). Todavia a empresa afirma que não realizou nenhum pagamento indevido, e que está colaborando com a justiça para apurações dos fatos.

4.2. IMPAIRMENT

As demonstrações contábeis são relatórios que fizeram parte do sistema contábil de qualquer entidade, tornam obrigatórias a quem negociam em Bolsa de Valores, onde apresentam a situação patrimonial de uma empresa, servindo e auxiliando diversos usuários no processo de decisão adequando-se sempre às normas e Leis, estabelecidas pelo CFC (CFC, 2011).

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. Com tudo, o valor recuperável é o maior entre o líquido de venda de um ativo e seu valor em uso.

A companhia avalia seus ativos quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. A sociedade também avalia os investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto quando há indicativos de não recuperação do valor contábil. Todas informações a seguir foram extraídas dos Demonstrativos Financeiros Consolidado divulgados na BM&FBOVESPA, atualmente B3.

Por fim, de acordo com o demonstrativo da companhia em 31 de dezembro de 2016 o montante de perda na recuperação de ativos é de R\$ 20.297 bilhões, deste já deduzidos a reversão de 26 milhões de reais.

Já no fim do exercício de 2015 houve constituição de *impairment* consolidado de 47.666 bilhões de reais, logo, mais 10 milhões de reais oriundos de provisão de ativos classificados como mantidos para venda, somando assim um total de 47.676 bilhões de reais de perda no valor de recuperação de ativos.

No final do exercício de 2014, o *impairment* somou um total de 44.544 bilhões de reais, somando mais 92 milhões de reais de ativos classificados como mantidos para venda, logo totalizando 44.636 bilhões de reais em perdas para este ano. Nota-se que de 2015 para 2014 os valores encontrados de *impairment* são bem próximos.

Ao final do exercício de 2013 o *impairment test* averiguou um saldo de 1.505 bilhões de reais, sobre este valor reduzido o somatório de 268 milhões de reais em reversões, resultando 1.237 bilhões de reais em perdas no valor de recuperação de ativos. Durante a pesquisa, identifica-se que este foi o primeiro exercício que a empresa declarou em seus demonstrativos a necessidade do *impairment test* com dados relevantes.

Logo, seguindo para forma mais analítica desses dados, apresenta-se alguns pontos relevantes e transcrevendo-os de forma a julgar os impactos do *impairment*. Vale ressaltar que todos os valores foram retirados dos demonstrativos e notas explicativas consolidado, apresentados pela companhia mediante a B3.

4.2.1. *Impairment* ano-calendário 2016.

Em cada encerramento de exercício a entidade avalia a recuperabilidade dos ativos. No entanto em setembro de 2016 verificou-se um dispêndio previsto na carteira de investimentos, logo refletindo uma otimização de portfólio com a finalidade de reduzir a alavancagem da companhia, também trazendo novas mudanças na economia brasileira. Essas mudanças alteraram as projeções econômicas de médio e longo prazo utilizadas no âmbito novo Plano de Negócios e Gestão da companhia, que atinge fortemente nas premissas-chaves do *impairment test*.

Todavia essas mudanças no cenário-econômico brasileiro também resultaram em aumento nas taxas de desconto para testes realizados em 2016. No fim de dezembro deste mesmo exercício a companhia avaliou indicativos de desvalorização dos ativos, necessitando reconhecer perdas adicionais por desvalorização para as Unidades Geradoras de Caixas (UGCs), de Campo de Produção de Óleo e Gás no Brasil; Conjunto de navios da Transpetro; e reversão das UGCs Conjunto das Térmicas.

Todavia ao final do exercício de 2016 apurou-se uma perda no valor de recuperação de ativos de 20.297 bilhões de reais, onde este valor se apresenta de diversos segmentos de ativo.

No entanto na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é confrontado com o seu valor recuperável, onde o valor recuperável é o maior entre o valor líquido de venda e o valor em uso. Logo o valor em uso é estimado com base no valor presente dos fluxos de caixas futuros decorrentes do uso contínuo dos respectivos ativos.

Em ativos ou Unidade Geradora de Caixa encontra-se exploração e produção no Brasil que soma R\$ 10.153 bilhões de perdas por *impairment*, devido à apreciação do real frente ao dólar, revisão de premissas de preço, revisão anual de reservas e provisão de desmantelamento de áreas, bem como aumento da taxa de desconto, decorrente, principalmente, do maior prêmio de risco para o Brasil.

Já em abastecimento, no Brasil encontra-se um total de R\$ 8.245 bilhões, causados por redução das projeções de mercado e apreciação do real frente dólar, bem como aumento da taxa de desconto que acumulou um ponto percentual de aumento em 2016.

Encontra-se ainda um saldo de perdas de R\$ 950 milhões de reais em Gás e energia também no Brasil, onde decorreram principalmente pelo aumento da taxa de desconto e aumento da projeção dos custos de produção. E por fim em Distribuição no Exterior resultou em perdas um total de 266 milhões de reais, atentando, pois este valor encontra-se em ativos mantidos para venda.

Ainda no mesmo período, apresentou 709 milhões de reais em perda por *impairment* sobre o Biocombustível no Brasil e diversos. Ao final encontra um valor de 26 milhões de reais, onde foi registrado reversão sobre o valor total de *impairment*.

As avaliações de recuperabilidade em investimento em coligadas com ações negociadas em bolsas de valores –BRASKEM S.A não demonstrou perdas por *impairment*.

Neste contexto, os demonstrativos explicativos demonstram que a companhia monitorou continuamente as investigações, a fim de avaliar seu potencial no impacto sobre os ajustes realizados, todavia não tendo nenhuma informação adicional que impactasse a metodologia de cálculo e o registro contábil na elaboração das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017. Logo a Tabela 01 reflete estes saldos.

Tabela 01: *Impairment* ano-calendário 2016

ATIVOS POR SEGMENTOS	<i>IMPAIRMENT - Em bilhões de reais</i>
Exploração e produção no Brasil	10.153
Abastecimento no Brasil	8.245
Gás e energia no Brasil	0.950
Ativos classificados mantidos para venda	0.266
Investimentos	0.000
Biocombustíveis no Brasil	0.709
<i>Impairment-Reversão</i>	-0.026
TOTAL	20.297

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

4.2.2. *Impairment* ano-calendário 2015.

Os testes de perdas no valor de recuperação de ativos apontaram um *impairment* no valor de 47.676 bilhões de reais para o ano de 2015. Uma vez neste montante já está incluso o valor de 10 milhões relativos a provisão de *impairment* de ativos mantidos para venda.

Em exploração e produção no Brasil existe um reconhecimento em perdas nos ativos no montante de 38.162 bilhões de reais. Sendo que essas perdas estão relacionadas da metodologia WACC, também decorrentes de quedas das projeções dos preços do petróleo no mercado internacional.

Da mesma forma encontra-se *impairment* em ativos, em abastecimento no Brasil com 6.063 bilhões, dado que essas perdas decorreram em função principalmente do aumento da taxa de desconto e postergação da expectativa de entrada de caixa do

projeto refino de Comperj, e das projeções do Complexo Petroquímico Suapé e de mercado e premissas de preço com redução dos spreads deste setor no mercado internacional.

Ainda no segmento de atividade da Petrobras, também encontra-se gás e energia -Brasil, onde apurou perdas ao valor de 2.540 bilhões de reais, sendo que tais perdas decorreram principalmente do aumento da taxa de desconto da Unidade de Fertilizantes e Nitrogenados III, e postergação da expectativa de entrada de caixa do projeto. Em biocombustíveis e outros somaram perdas no total de 901 milhões de reais.

Já em Investimento em coligadas com ações o teste foi realizado proporcional à participação da Companhia no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados da Braskem S.A , no entanto as avaliações de recuperabilidade não indicaram a existência de perdas por *impairment*.

Em ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), a companhia não apurou perda por recuperabilidade neste ativo. Assim a Tabela 02 apresenta os dados.

Tabela 02: *Impairment* ano-calendário 2015

ATIVOS POR SEGMENTOS	<i>IMPAIRMENT - Em bilhões de reais</i>
Exploração e produção no Brasil	38.162
Abastecimento no Brasil	6.063
Gás e energia no Brasil	2.540
Ativos classificados mantidos para venda	0.010
Investimentos / goodwill	0.000
Biocombustíveis no Brasil	0.901
<i>Impairment-Reversão</i>	0.000
TOTAL	47.676

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

4.2.3. *Impairment* ano-calendário 2014

As avaliações de ativos revelaram perdas por *impairment* ao término do exercício de 2014, onde somou um total de 44.636 bilhões de reais, nestes já incluídos reversão de *impairment* de 15 milhões de reais.

Acompanhando o mesmo raciocínio com ativos separados por segmentos, a companhia averiguou em exploração e produção no Brasil, perdas ao valor de 10.002 bilhões de reais. Tais perdas estão relacionadas a taxa de desconto pós-imposto em

meda constante que deriva da metodologia WACC. Estão baseadas também em função de projeções dos preços de petróleo ao mercado internacional.

Em ativos de abastecimento também no Brasil, ouve a maior parte das perdas por imparidades neste período, num montante de 33.954 bilhões de reais. Onde as principais causas dessas perdas são decorrentes de problemas de planejamento dos projetos (Comperj), bem como postergação do projeto, logo, da expectativa de entrada de caixa futura, ociosidade de duas sondas de perfuração e desmobilização de duas plataformas.

Já no segmento de gás e energia apurou-se um total de R\$ 260 milhões de perdas, onde decorreu-se por conta de aspectos operacionais que requereram novos investimentos ao longo de 2014.

Houve também perdas em ativos de segmentos em abastecimento internacional, somando R\$ 343 milhões, já estas perdas decorreram em função de encerramento das atividades de refino no Japão.

Nos investimentos em coligada com ações negociadas em bolsas de valores, entre a Petrobras e a Braskem, a avaliação não indicou a existência de ativos com perdas por impairment.

Todavia em ativos classificados como mantidos para vendas, encontra-se perdas na avaliação a valor justo ao um montante de 92 milhões de reais. Tal saldo de perdas em decorrência da aprovação da administração da companhia para alienação das sondas de perfuração PI, PIII, PIV e da plataforma PXVI. Por fim em reversão sobre *impairment*, encontra-se saldo de R\$ 15 milhões de reais. A partir destes saldos encontrados, a Tabela 03 auxilia a compreensão dos valores de *impairment*.

Tabela 03: *Impairment* ano-calendário 2014

ATIVOS POR SEGMENTOS	<i>IMPAIRMENT - Em bilhões de reais</i>
Exploração e produção no Brasil	10.002
Abastecimento no Brasil	33.954
Gás e energia no Brasil	0.260
Ativos classificados mantidos para venda	0.092
Investimentos	0.000
Abastecimento Internacional	0.343
<i>Impairment-Reversão</i>	-0.015
TOTAL	44.636

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

4.2.4. *Impairment* ano-calendário 2013

Ao final do exercício de 2013 a companhia viu a necessidade de aplicar o teste de recuperabilidade em seus ativos sujeitos a perdas por desvalorização. Todavia apurou-se um total de perdas por *impairment* de 1.505 bilhões de reais, deste deduzindo a reversão ao valor de R\$ 268 milhões, restando um montante de R\$ 1.237 bilhões de reais de perda por desvalorização.

Ainda neste exercício a entidade apresentou um saldo de perdas nos segmentos de exploração e produção encontra-se 132 milhões de reais de *impairment* sob regime de concessão. Porém em abastecimento no Brasil os saldos de perdas no valor de recuperação de ativos ficaram zerados. A viabilização de projetos e a implementação de programas de eficiência operacional e otimização de custos operacionais em unidades geradoras de caixas, resultaram na reversão de *impairment* relacionado a campos de petróleo e gás natural no Brasil, em 268 milhões de reais.

Todavia em ativos classificados como mantidos para venda o reconhecimento de perda é de 145 milhões de reais, mas este valor de perdas não agrupa em ativos imobilizados e intangíveis. Em uma UGC Distribuição da entidade, que contem saldo de ágio por expectativa de rentabilidade futura, utilizando valor em uso, constatou a não existência de perdas por *impairment*.

O teste também aplicado em investimentos em coligadas com ações negociadas em bolsas, onde seu valor em uso é proporcional á participação, porém tais avaliações não indicaram perdas por *impairment*.

Houve reconhecimento de perdas no valor de 1.228 bilhões de reais decorrente de ajuste do valor contábil ao valor justo, líquido de custos de venda, dos ativos de exploração e produção em Angola e Tanzânia, por estarem classificados mantidos para venda, sendo exploração e produção no exterior, e de campos de exploração e produção nos Estados Unidos.

Na UGC Distribuição da entidade, que contem saldo de ágio por expectativa de rentabilidade futura, utilizando valor em uso, constatou a não existência de perdas por *impairment*. Como já citado anteriormente, a reversão de *impairment* apresentou R\$268 milhões, reduzindo o saldo de *impairment* do período, como apresenta a Tabela 04.

Tabela 04: *Impairment* ano-calendário 2013

ATIVOS POR SEGMENTOS	<i>IMPAIRMENT - Em bilhões de reais</i>
Exploração e produção no Brasil	0.132
Abastecimento no Brasil	0.000

Gás e energia no Brasil	0.000
Ativos classificados mantidos para venda	0.145
Investimentos	0.000
Exploração e produção internacional	1.228
<i>Impairment</i> -Reversão	-0.268
TOTAL	1.237

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

4.2.5. *Impairment* abordagem Total.

Ao ano de 2016, encontra-se o montante de 20.297 bilhões de reais de perdas por *impairment* onde este reduz o lucro do período. Logo nos demonstrativos de resultados apresentados pela empresa perante a B3, encontra-se R\$ 10.703 bilhões de prejuízos do período antes dos impostos e contribuições. Analisando sob forma de que “caso” não houvesse apurado perdas por *impairment*, não seria prejuízos e sim um lucro de R\$ 9.594 bilhões. Quando indentifica-se a perda, a tal reduz o lucro existente, tornando-o a prejuízo, logo pode-se compreender a importância do valor de *impairment* mais coerente possível.

Todavia o *impairment* resultou em impactar no lucro em -211,55%, levando o lucro para a zona de prejuízo totalizando R\$10.703 bilhões de reais de prejuízos antes do IR e CSLL, assim reflete a razão do prejuízo do período. Na apuração do resultado do período do ano de 2015, não ficou muito diferente, o saldo antes dos impostos e contribuições estava nada mais nada menos que R\$(41.229) bilhões de reais em prejuízos acumulados.

O *impairment* encontrado para este período foi de 47.676 bilhões, a partir daqui verifica-se que a presença deste ocasionou a perda do período. Imagina-se o mesmo período sem a redução do saldo de *impairment*, seria um montante de 6.447 bilhões de reais em lucros acumulados, onde apresenta uma variação negativa de 739,51. Logo consegue-se compreender que: a não existência do *impairment* no período traria saldo positivos a companhia, saindo da zona de prejuízo (41.229) passando para, lucros do período em 6.447 bilhões antes dos impostos e contribuições, com isso entende-se o papel do *impairment*, e suas causas e conseqüências, levando o lucro acumulado a tornar prejuízos acumulado.

No ano de 2014, analisando os demonstrativos de resultado da companhia, encontra-se um somatório de (25.816) bilhões de reais em prejuízos antes dos impostos

e participações. O total de *impairment* do exercício foi de R\$ 44.636 bilhões, onde este reduziu o lucro causando prejuízo. Pode-se interpretar a grande problemática do *impairment test* no valor de recuperação de ativos, quando aloca-se o valor deste somando ao prejuízo de R\$ (25.816), ou seja, caso não houvesse perda não reduzia o valor de lucro. Portanto saindo de prejuízos (25.816) de bilhões de reais e passando para lucros acumulados no montante de 18.820 bilhões de reais.

Assim encontra-se uma variação negativa de 237,17% para o período de 2014, conclui-se que na demonstração de resultado do exercício o saldo de *impairment* atinge diretamente o lucro da companhia, uma vez que o *impairment* foi valor significativo comparado ao lucro. Por fim, no ano de 2013 acompanhando os demonstrativos de resultados, verifica-se que os lucros antes dos impostos somaram 28.155 bilhões de reais. No entanto, percebe-se que ao contrário dos outros períodos, o saldo em lucros é positivo.

Na apuração dos valores de perdas por *impairment* para este exercício, encontra-se R\$1.237, onde tal perda encontra-se na DRE em outras despesas. Podemos ter um saldo simbólico de não existência de perdas por *impairment* somando 29.392 bilhões de reais. Nada obstante encontra-se a variação de -4,20%, como pode ver uma variação pequena frente a outros períodos estudado. Lembrando que este foi o primeiro período que a entidade estudada, apresentou em seus demonstrativos a apuração de *impairment* e seus cálculos com valores consideráveis, uma vez que os saldos de recuperabilidades de ativos anteriores foram insignificantes para a análise. Enfim o *impairment* encontrado, não ocasionou reflexos ao nível de tornar prejuízos os lucros deste período, onde somaram um total de R\$ 28.155 bilhões de lucros antes dos impostos. Assim pode-se acompanhar a Tabela 05 com estes valores unificados.

Tabela 05: Variações e reflexos unificados.

Dados finais e suas variações				
EXERCÍCIOS	2016	2015	2014	2013
Lucros/Prejuízos antes dos impostos-LAIR	-10.703	-41.229	-25.816	28.155
Impairment	20.297	47.676	44.636	1.237
Saldo LAIR - sem a existência de impairment	9.594	6.447	18.820	29.392
Variação do impairment	-2,1155	-7,3951	-2,3717	-0,0420
(atual - sem impairment) / sem impairment valores expressos em bilhões de reais				

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Buscando atingir os objetivos da pesquisa, analisando os resultados coletados, a pesquisa apurou uma perda efetiva para cada exercício, a partir destes saldos encontrados, utiliza-se o tal para correlacioná-los com os saldos Lucros antes dos impostos e contribuições, verificando as variações e sua proporção no lucro, onde este é o objetivo geral da pesquisa. É interessante destacar que a pesquisa encontrou reflexos no Lucro, com saldos significantes para todos os períodos estudados, com exceção do ano de 2013, onde a variação frente ao lucro foi menor.

De acordo com os resultados da pesquisa não há evidências de não cumprimento com os padrões internacionais de contabilidade. Conforme os dados pesquisados, a entidade emite todos os demonstrativos e notas explicativas e pareceres estabelecidos pelas Leis e conselhos que regem as S.A. Seguindo e acompanhando os demonstrativos de resultado da empresa, nota-se que a causalidade dos prejuízos acumulados nos períodos 2016, 2015 e 2014, foram os saldos de *impairment* encontrados, já no período de 2013 não houve prejuízos, uma vez que o total de *impairment* apurado foi menor frente ao lucro.

Contudo só foram encontradas relações importantes de *impairment*, a partir de 2013, porém a empresa realiza a avaliação de recuperabilidade de seus ativos todo final de exercícios. De fato encontra-se *impairment* no período de 2012 no montante de 281 milhões de reais, decorrente de campos de produção e petróleo e gás natural no Brasil também de revisão das projeções do fluxo de caixa, logo percebe-se que não apurou perdas significantes a fim de impactar o lucro da entidade.

Em relação as informações absorvidas na pesquisa, houve coerências nas informações estudadas, e estas estão de acordo com os padrões internacionais e o CPC, e todos os dados estão expostos na B3 onde há veracidade nas notas explicativas e nos demonstrativos estudados

Por fim, fica em aberto para pesquisas futuras de acordo com os resultados encontrados, para aplicar em diversos estudos com relação ao *impairment test* na Petrobras. Também pode ser aplicados em outros meios, a fim de encontrar variações e

reflexos, por investimentos, por ações, pelo capital social da entidade, ou seja, pela idéia que o pesquisador estiver buscando.

REFERÊNCIAS.

(Resolução CFC nº 1374/11 –Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro.)

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O Método nas Ciências Naturais e Sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2 ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004. 203 p.

Augusto V. C. **Impairment de Ativos de Longa Duração: Comparação entre SFAS 144 e o IAS 36**. Congresso EAC. USP. 2006. Artigos.

AZUMENDIAN, Sebastian. Repensando a governança das empresas Estatais. Discussão de estudo. Julho 2015. **Repositório digital da Fundação Getulio Vargas**, 2015. Disponível em:
http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/14992/Repensando_a_governan%C3%A7a_das_empresas_estatais.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 12junho 2017.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O Método nas Ciências Naturais e Sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2 ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004. 203 p.

BARCELLOS, Marta; AZEVEDO, SIMONE. **Histórias do Mercado de Capitais no Brasil**" Campus Elsevier, 2011,

BIANCHI, Claudia Regina Cavalcanti Dorneret al. **Evidenciação do Impairment Test: Análise nas Empresas Pertencentes ao Índice IBRX-100**. Revista Mineira de Contabilidade, v. 16, n. 1, p. 27-38, 2015.

BM&FBOVESPA. Ações. Disponível em: http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/listados-a-vista-e-derivativos/renda-variavel/empresas-listadas.htm . Acesso em: 27/02/2017.

BRASIL. **Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras.** Lei nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11638.htm >. Acesso em: 10 dez. 2016.

BRAGA, Ascensão. **A Gestão da Informação.** Millenium. Nº 19, junho de 2000. Brasil. Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Pronunciamento Técnico CPC 01 – **Redução ao valor Recuperável de Ativos**, 2008.

CARVALHO, N. L.; LEMES, S.; COSTA, F. M. da. **Contabilidade Internacional: aplicação das IFRS 2005.** São Paulo: Atlas, 2006.

CAZONE ,JOSÉ. Ativo intangível das empresas listadas na BM&FBovespa: comparativo do tratamento no Brasil antes e depois da Lei 11.638/07/ José Cazon. – São Caetano do Sul: USCS / Universidade Municipal de São Caetano do Sul, 2013. Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Pronunciamento Técnico CPC 00 – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, 2011.

CLEM, Alan Junior Rosati. **Impairment em empresas do agronegócio.** Trabalho de Graduação de Curso, Dourados, 2017.

Comitê de Pronunciamentos Contábeis. CPC 00 R1: **Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro.** Brasília, dez, 2011.

CPC 01 (R1), 2008. Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Redução ao Valor Recuperável de Ativos.**

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC nº 1374/11 – Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro, 2011.

CORONADO, Osmar. Contabilidade gerencial básica. São Paulo:Saraiva, 4ºed,2010. p.12.

CUNHA, Tiago Miguel Vieira da. **"Imparidade versus amortização do goodwill".** Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa. Instituto Superior de Economia e Gestão, 2015.

Disponível: http://www.ipv.pt/millenium/19_arq1.htm. Acesso em 18 de outubro de 2017.

FE JUNIOR, Armando Lopes Dias da. **Mudanças contábeis e reações do mercado na implantação compulsória do IFRS no setor bancário brasileiro.** 2013. 110 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Contábeis, USP, Ribeirão Preto, 2013. Cap. 2.

FERNANDES, Joaquim S.; GONÇALVES, Cristina; PEREIRA, Luiz Nobre. **Perdas por imparidades: fatores explicativos e impactos.** Revista Brasileira de Gestão de Negócios, São Paulo, v. 18, n. 60, p. 305-318 abr./jun. 2016

FRANCO, Hilário. **Contabilidade Geral.** Editora atlas 23°. 2006.

FREZATTI, Fabio. **Orçamento empresarial: planejamento e controle gerencial.** São Paulo: Atlas, 2001, p.17.

GONÇALVES, Sandra Ferreira. **As determinantes da qualidades da informação financeira via imparidades de ativos.** 2014. 81 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Contábeis, Instituto Politécnico, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto Instituto Politécnico do Porto, Porto, 2014.

HERCULANO, Harlan de Azevedo. **A função da contabilidade gerencial na eficiência interna das empresas.** 2006. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – UNB, Paraíba.

IAS 36. Impairment of Asset. Disponível em:

<https://www.iasplus.com/en/standards/ias/ias36>. Acesso em: 27/02/2017.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R.; SANTOS, A. **Manual de contabilidade Societária:** Aplicável a todas as Sociedades de acordo com as Normas Societaria. São Paulo, 2013.

LUCCA, Marina Laís. **Teste de recuperabilidade do ativo imobilizado: estudo em uma empresa do setor de vestuário.** Monografia (Ciências Contábeis), UNESC, Criciúma, 2015.

MACEDO, M. A. S.; MACHADO, M. A. V.; MACHADO, M. R. **Análise da Relevância da Informação Contábil no Brasil num Contexto de Convergência às Normas Internacionais de Contabilidade.** In: CONGRESSO NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS – ADCONT, 2., 2011, Rio de Janeiro, 2011.

MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis,** Editora atlas, 5 edição, 2009.

MARTINS, Paulo Fernando. **Imparidade de activos e o papel da auditoria interna.** Dissertação, (MESTRADO) Universidade de Aveiro. Instituto Superior de Contabilidade e Administração 2010.

NIYAMA, Jorge Katsumi; SILVA, César Augusto. **Teoria da contabilidade**. Editora Atlas, 2013, p.23.

PETROBRAS. **RELAÇÃO COM INVESTIDOR** 2015. Disponível em: <http://www.investidorpetrobras.com.br/pt/resultados-financeiros/holding>. Acesso em: 20/02/2017.

PETROBRAS. Notas Explicativas Holding; **Operação Lava Jato e seus reflexos na Companhia**, 2015, pag.2).

REIS, Arnaldo Carlos de Rezende. **Demonstrações contábeis: estrutura e análise**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 272 p.

RIBEIRO, O M. **Contabilidade Avançada**. Editora Saraiva, São Paulo, 2009.

ROCHA, Derilda Furlan Justi. **Harmonização Internacional das Práticas Contábeis – uma necessidade do mundo globalizado**. 2006. 73 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciencias Contábeis, Faculdade de Estudos Sociais do Espírito Santo, Cariacica, 2006.

SÁ, Antônio Lopes de. HOOG, Wilson Alberto Zappa. **Fundamentos da contabilidade geral**. Curitiba: Juruá, 2005.

SÁ, Antônio Lopes de. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2002.

SILVA, Paula D. A.; CARVALHO, Fernanda M.; DIAS, Lidiane N. S.; MARQUES, José; VICTOR, Fernanda; CARLIN, Diego de Oliveira; MASTELLA, Mauro. **Impactos do processo de convergência às normas internacionais de contabilidade: uma análise da política de dividendos**. Convibra.artigo.Texto, v. 14, n. 28, 2014.